



NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A Terra, a água e a agricultura são três pontos essenciais para o desenvolvimento sócio económico. Sem estes recursos o crescimento sócio económico individual, comunal, nacional e regional torna-se difícil se não impossível. Mesmo assim, o desenvolvimento não necessita apenas de disponibilidade de recursos: é também importante uma gestão correcta para evitar o declínio no nível de vida e o consequente aumento da pobreza. Tal necessidade torna-se óbvia durante as secas e cheias periódicas da região, que causam dificuldades à segurança alimentar e agravam a insegurança causada pela falta de água a muitos habitantes das áreas rurais e sub urbanas. Como é sabido, terra que tenha sido inundada é improdutivo. Por exemplo, em Março de 2004 a comunicação social de Moçambique informou que mais de 3 000 pessoas na província de Sofala estavam perante uma grave falta de alimentos devido à destruição das colheitas pelas cheias causadas pelas águas do rio Pungué. Por outro lado, na Província do Huambo em Angola, um milhão e meio de pessoas necessitavam de auxílio alimentar depois de chuvas torrenciais terem destruído 60% das suas terras aráveis.

Não são só os eventos naturais que têm impacto na segurança alimentar e de água. Os acontecimentos políticos ou convulsões sociais, como o desmembramento da economia do país causado por práticas inadequadas de governação, conflitos civis ou influxos de refugiados, também desempenha o seu papel nas ameaças que os pobres têm que enfrentar na sua vida diária.

O Zimbabué e a RDC são exemplos claros destes fenómenos. Para além disso, a disponibilidade de alimentos e água pode também ser afectada por outro tipo de intervenção política que tenta impor normas ao tipo de auxílio recebido pelos países que dele necessitam.

Em muitos casos, esta intervenção é sugerida por entidades não estatais como, por exemplo, os grupos de interesse transnacionais. Exemplos disto são a oposição a organismos geneticamente modificados (OGM/GMO) (ou seja, os cereais produzidos a partir certos tipos de sementes) e as grandes infra-estruturas de água (com o argumento de interferência na ecologia e ambiente).

Se forem bem sucedidos nos seus esforços de convencer os responsáveis a não importarem OGM's e a não construírem grandes barragens e sistemas de irrigação, os grupos de interesse podem dificultar ou até evitar a importação de alimentos, o cultivo de cereais necessários e a melhoria do fornecimento de água para o auxílio das pessoas com necessidades.

A disponibilidade de alimentos de boa qualidade, terra e água são essenciais para manter a agricultura. A regeneração deste sector é importante não só para reduzir a incidência da pobreza como também para capacitar os países membros da SADC para conseguirem um desenvolvimento sócio económico com sucesso. A gestão da alimentação, agricultura e recursos naturais na região da SADC depende principalmente da Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR). Os seus principais objectivos são desenvolver, promover e harmonizar políticas relacionadas com a segurança alimentar, desenvolvimento do género, bio diversidade, produção agrícola, a utilização sustentável dos recursos naturais, medidas fitossanitárias e sanitárias, colheitas e criação de gado, gestão ambiental e comércio de produtos agrícolas.

Estas são intenções boas. Se estes objectivos políticos forem alcançados, a insegurança alimentar e de água ficará restrita aos arquivos da história da região. Contudo, uma coisa é criar políticas ambiciosas e outra pô-las em prática. Como poderá o FANR realizar todos estes objectivos políticos? A resposta a esta pergunta reside na capacidade da resolução de problemas relacionados com alimentação, agricultura e recursos naturais não só por parte da SADC e dos seus estados membros como também por parte da vasta gama de entidades não estatais (ONGs, grupos de interesse e as comunidades académica e científica). Por outras palavras, tem muito a ver com o desejo colectivo ou preparação da SADC e dos seus membros de colaborarem com os grupos da sociedade civil. Isto não só implica apenas a assinatura de um memorando de entendimento com as ONGs, ou o alargamento da participação de intervenientes nos assuntos da SADC, mas também e para além disso, a utilização de forma global dos recursos sociais (como o conhecimento, a

NESTA EDIÇÃO

Zâmbia: Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais.....	2
A competência dos agricultores comerciais é procurada noutras áreas de África.....	3
A SADC Carece de uma Política Comum Sobre a Leide Terras.....	4
O Relacionamento entre a Segurança de Água e a Pobreza: Numa perspectiva da África Austral.....	6
O Comércio Agrícola e a Segurança Alimentar na SADC.....	8
ECOWAS: Abrindo caminho para a integração regional da SADC.....	13

Número do ISSN: 1728-063X



comunicação e a competência na governação) de todas estas formas da sociedade civil. Os grupos que representam a sociedade civil comandam uma vantagem comparativa no seu conhecimento e experiência em várias áreas. Tais áreas incluem a agricultura e segurança alimentar, gestão e conservação baseados na comunidade de recursos naturais, educação, e formação profissional, assuntos de género, combate ao VIH/SIDA, comércio transfronteiriço e desenvolvimento de pequenas empresas. Todos estes aspectos têm um impacto directo ou indirecto na alimentação, agricultura e o aproveitamento e protecção dos recursos naturais. Será bom que a SADC e os seus membros não só lisonjeiem servilmente estas vantagens comparativas como comecem também a colaborar intensivamente com os grupos da sociedade civil. Desta forma irão ter a possibilidade de conseguir recursos sociais adicionais para combater a insegurança alimentar e dos recursos de água, e a utilização insustentável dos recursos naturais, situações que no seu todo, representam uma ameaça às vidas dos povos da região da SADC. (S)

Richard Meissner

Zâmbia: Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais

Qual a razão pela qual a Zâmbia, um país com um nível pluviométrico regular e razoável e uma rede de rios que tem água durante todo o ano, regista problemas de segurança alimentar? Mais ainda, o que está a ser feito sobre isso pela Zâmbia e pela SADC? A resposta à primeira questão está relacionada com a geografia, infra-estrutura e governo. Contudo, a resposta à segunda pergunta não é tão simples.

A Zâmbia é um país abençoado com um óptimo solo e extensas reservas de água tanto de superfície como subterrâneas. Mesmo assim, o país foi recente e gravemente afectado pela fome e a segurança alimentar continua a ser um grande desafio nacional. Mas como poderá ser que um país tão fértil não tenha capacidade para se alimentar a si próprio? O que tem vindo a fazer a SADC [que possui uma Direcção dedicada à Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR)] para combater tal insegurança alimentar que tem consequências devastadoras.

O Centro de Assistência Técnica para Agricultura Comercial da Zâmbia, [Agribusiness Technical Assistance Centre (ZATAC)] afirma que a 'A grande herança natural de terra, de água e condições climáticas favoráveis da Zâmbia proporcionam grandes oportunidades para a população rural aumentar as suas receitas e para a produção agrícola comercial do País se diversificar e conseguir novos mercados dentro e fora da Zâmbia.' Contudo, a Zâmbia até agora tem ficado muito aquém do seu potencial. A FANR da SADC sublinha que a Zâmbia tem dificuldades por ser "marginalmente auto-suficiente" [,] com excedentes irregulares de milho [,] problemas internos de distribuição alimentar [e] localizar-se no interior sem saída para o mar.' No ano de 2002-2003, por exemplo, a produção de cereais do país (milho, trigo, arroz e soja) atingiu as 738 000 toneladas, enquanto que as necessidades internas da Zâmbia nesse ano atingiam 1 445 000 toneladas. O saldo negativo de 707 000 toneladas significa que a Zâmbia apenas produziu 51% das necessidades internas de cereais. Presentemente, apenas 16% do solo arável da Zâmbia está cultivado enquanto que a área da terra irrigável está estimada em 423 000

hectares. Nesta altura a área irrigada é de 40 000 hectares ou seja 9% da área total prevista.

A gama de factores que contribui para a insegurança alimentar da Zâmbia inclui a geografia, infra-estrutura, urbanização e auxílio que está mal planeado. A Zâmbia é um país do interior e está situada a milhares de quilómetros do porto mais próximo. Isto cria obstáculos práticos e burocráticos enormes à exportação e importação de alimentos. Um outro problema é a infra-estrutura. O sistema interno de transportes da Zâmbia tem a tendência a estar concentrado na linha dos caminhos-de-ferro que liga Livingstone à cintura de cobre via Lusaka. O vasto interior do país está interligado por estradas, muitas delas de terra batida, o que cria ainda mais dificuldades de transporte de grandes quantidades de alimentos de um local para outro.

A qualidade da rede de transportes é, só por si, um outro desafio. Na Zâmbia, durante muitos anos, toda a rede de transportes de estradas e caminhos-de-ferro era propriedade do estado tendo-se tornado numa operação altamente ineficiente e dispendiosa. O transporte pode representar até cerca de 60-70% do preço de qualquer dos produtos nacionais da Zâmbia. Apesar dos caminhos-de-ferro serem uma forma natural e em conta de transportar grandes quantidades de carga, o sistema só agora está a ser privatizado no país. Num recente workshop realizado em Lusaka, um representante da indústria açucareira explicou o custo do transporte de uma tonelada de açúcar de Mazabuka (a cidade central de um distrito que produz cana de açúcar) para Ndola na cintura de cobre (um dos mais importantes mercados internos) era de cerca de \$15 por caminhos-de-ferro e até \$24 por estrada.

Um outro problema é o nível de urbanização relativamente elevado da Zâmbia. Antes da independência, a Zâmbia foi descrita como possuindo 'o mais elevado nível de urbanização em África'. Até 1975, cerca de 34.8% da população vivia em aldeias e cidades (em contraste com uma média regional nesse ano de 20.8%). De 1963 a 1980, a percentagem da população urbana na Zâmbia aumentou para 45%.

Presentemente é de cerca de 50%. Em consequência, as áreas rurais estão a tornar-se progressivamente menos populadas. Por outro lado, a maioria da agricultura é feita a nível de subsistência, o que significa, combinado com os elevados níveis de agricultura de subsistência, que a produção na Zâmbia durante muitos anos não é suficiente para se alimentar a si própria.

Outro obstáculo para a produção alimentar é que muitos comerciantes rurais não gostam de ter sementes em armazém (e em alguns casos até fertilizantes), porque têm conhecimento que sementes e outros produtos para a produção agrícola são periodicamente distribuídos gratuitamente como parte dos esforços de auxílio. Other problems are more technical. O milho, por exemplo, necessita de chuva regular durante um período de 90 dias. O painço e o sorgo (muitas vezes considerado como a colheita dos pobres) são mais resistentes à seca mas precisam de supervisão constante para os proteger dos pássaros.

Robert Sanyikosa, um economista que trabalha para a União Nacional dos Agricultores da Zâmbia, identifica duas ameaças principais contra a segurança alimentar do país. Uma delas é a excessiva dependência das chuvas, mesmo quando, com o decorrer dos anos, "se tornou claro que tal situação não é sustentável". Tal atitude expõe os agricultores à seca, apesar da existência de reservas "abundantes" quantidades de água de superfície e subterrânea que não estão a ser utilizadas. O outro obstáculo à produção alimentar é o que ele considera como "a falta de estruturas eficientes de mercado e de sistemas que sejam auto reguladores e sustentáveis". A União dos Agricultores, lamenta a falta de corretores de produtos agrícolas que poderiam facilitar o movimento de colheitas para os mercados, assistindo assim os agricultores (especialmente os de pequena escala) a conseguirem receitas mais elevadas. Estruturas de mercado inadequadas fizeram diminuir os níveis de produção, particularmente nas áreas mais remotas com estruturas subdesenvolvidas.


Tudo isto é frustrante. Ao viajar através da Zâmbia durante a estação quente e húmida qualquer observador tem uma imagem do enorme potencial agrícola da



região. Apesar disso, e mesmo com a presença de algumas propriedades agrícolas de grande extensão, a impressão geral é de agricultores de subsistência que conseguem sobreviver pobremente como os seus pequenos terrenos.

Isso apresenta uma vasta gama de desafios. A pergunta seguinte seria então qual o papel que a SADC pode desempenhar? O organismo regional poderia estar a desenvolver um papel muito mais significativo. Por exemplo, os obstáculos burocráticos de travessia de fronteiras poderiam ser abolidos e a Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral poderia trabalhar mais arduamente no planeamento de melhores redes regionais de transporte. Isto é feito até certo ponto.

De forma crescente, parece que as soluções são provenientes de uma combinação de esforços e iniciativas entre o sector privado, universidades e ONG e não dos governos e da SADC. A companhia Sul-africana Pannar Seeds está agora activa em quase todos os países de África, distribuindo sementes de produtos resistentes à seca e a doenças. O Instituto Internacional de Pesquisa de Cerais para os Trópicos Semi-Áridos está a coordenar um aumento de plantações de painço e sorgo bem como a defender um programa de sementes de auxílio contra as secas. Isto permite ao recipiente trocar a semente por sementes, o que mantém e estimula o mercado de sementes. A Universidade do KwaZulu-Natal estabeleceu recentemente o Centro Africano para a Melhoria de Colheitas. Por outro lado, informações recentes indicam que os agricultores brancos do Zimbabué que estão exilados na Zâmbia poderão auxiliar a aliviar a falta de alimentos através do estabelecimento de técnicas comerciais em parceria com os proprietários locais de terras.

A SADC está posicionada de forma ideal para destruir as barreiras e obstáculos e estimular os mercados nesta área e em muitas outras da região. Progresso está a ser alcançado, mas muito desse progresso está a ser alcançado fora do seio da SADC ou num movimento paralelo e ela. Como diz um representante da agricultura da Zâmbia, "a SADC não está a fazer o suficiente". 

Sean Willis

OPINIÃO

A competência dos agricultores comerciais é procurada noutras áreas de África

A mudança dos agricultores comerciais do Zimbabué para outras áreas de África aumentou substancialmente no último ano, com vários governos incluindo o da Nigéria interessados na sua competência. Muitos países africanos possuem vastas áreas de terra arável que estão praticamente abandonadas como resultado da falta de competência, equipamento e recursos e estão interessados nos agricultores Zimbabueanos para ajudarem a desenvolver os seus sectores agrícolas. Contudo, um inconveniente para alguns agricultores é o facto de que em muitos países africanos a terra só pode ser alugada e não é vendida, com os contratos de arrendamento a prolongarem-se por períodos que vão dos 25 aos 99 anos.

O ano passado, a União dos Agricultores Comerciais (CFU) em Harare nomearam um agente para explorar possibilidades de recolocação para os seus membros, uma vez que se está a tornar cada vez mais evidente que não há futuro para os agricultores brancos no Zimbabué. Segundo as estimativas, há menos de 400 agricultores ainda a produzir nas suas terras no Zimbabué em comparação com os cerca de 4 500 em 1999, antes do programa de confisco de terras comerciais agrícolas ter começado. Muitos dos agricultores que ficaram nas suas terras estão a dirigir as suas produções a partir de Harare com medo da violência dos grupos apoiados pelo governo e invasores das terras enquanto outros aceitaram ser gestores dos novos donos negros. Moçambique e a Zâmbia têm sido os destinos mais procurados para emigração. Em Janeiro, informações diziam que os agricultores Zimbabueanos que se tinham mudado para Moçambique criaram 4 000 postos de trabalho. Soares Nhaca, governador da Província de Manica, na região central de Moçambique, onde a maior parte dos agricultores se estabeleceram, disse que havia cerca de 100 agricultores do Zimbabué que estavam a fazer colheitas de vários produtos, incluindo o tabaco, algodão e milho. A maioria dos novos postos de trabalho são nas propriedades que estão a produzir tabaco e o governo está optimista sobre o facto de

Moçambique se vir a transformar, num futuro não muito distante, num produtor de tabaco competitivo. De acordo com fontes diplomáticas, a pronta aceitação por parte de Moçambique dos agricultores, não foi uma medida bem recebida em Harare. Segundo estimativas, 50 agricultores estabeleceram-se na Zâmbia. Em 2002, estes agricultores produziram mais de 30 000 toneladas de milho e estão agora a exportá-lo para o Zimbabué. Por outro lado, a capacidade de produção de sementes do Zimbabué foi gravemente afectada pelo programa de reforma agrária e o país está agora a comprar sementes produzidas na Zâmbia pelos agricultores que foram expatriados do Zimbabué. Em 2002, os Zimbabueanos ocuparam o topo da lista de investidores estrangeiros aprovados pelo Centro de Investimento da Zâmbia, investindo US\$13,3 milhões na agricultura bem como na manufactura e telecomunicações. Esta tendência continuou em 2003. Contudo, a maior parte dos agricultores tiveram que deixar o Zimbabué sem nada.

Em muitos casos, o seu equipamento foi apreendido juntamente com a terra, sem compensação, e tentativas para tirar as suas divisas estrangeiras para fora do país foram todas bloqueadas. Um outro inconveniente para os agricultores que se estabeleceram em Moçambique e na Zâmbia foi a falta de disponibilidade de instrumentos financeiros nesses países. O financiamento teve que ser procurado junto de doadores, companhias de capital para empresas e outras fontes idênticas. Apesar da Zâmbia e Moçambique possuírem vastas áreas de terras e uma densidade populacional relativamente pequena, o que abre oportunidades para novos agricultores, o mesmo não acontece com o Malawi, que possui uma pequena área de terra, uma elevada densidade populacional e um sector agrícola bem desenvolvido. Isto representa menos oportunidades de agricultura para os Zimbabueanos, apesar de alguns deles terem sido absorvidos para posições de gestão, a

(continua na pág 4)



maior parte na indústria do tabaco. A Tanzânia e, em menor escala, o Botswana receberam também agricultores.

Angola está também a tentar conseguir agricultores comerciais brancos para ajudar o país a reconstruir o seu sector agrícola, mas há preocupações relacionadas com as implicações políticas, dadas as boas relações existentes entre os Presidentes Robert Mugabe e José Eduardo dos Santos de Angola. O Gana é o último país africano a fazer a corte aos agricultores comerciais brancos do Zimbabué. Negociações estão presentemente em curso para preparar uma delegação de agricultores para uma visita de estudo ao Gana. Um aspecto negativo é de ser muito longe do Zimbabué mas, por outro lado, o Gana é uma democracia estável com uma economia grandemente dependente da agricultura, representando 30% do PIB.

O governo do Estado de Kwara no ocidente da Nigéria também contactou agricultores Zimbabueanos e Sul-africanos. Ofereceu-se para, gratuitamente, conceder terra aos agricultores que concordarem em ir para aquela região numa base permanente. Contudo, a CFU diz que os agricultores, como seria de esperar, estão a estudar as oportunidades mais próximas de casa. Mostram também a preferência de olharem para opções que, tanto quanto possível, estão mais em linha com a sua experiência. Por exemplo, a República Democrática do Congo convidou agricultores a investirem na província do Katanga. A CFU pensa que esta não seja uma escolha popular, dado tratar-se de uma área tropical, fazendo com que as condições climáticas sejam muito diferentes das do Zimbabué. 'Se formos para uma região muito longe das condições climáticas do Zimbabué, deixamos de ser especialistas' disse um porta-voz da União. Outra preocupação dos agricultores é o oportunismo político nos seus países de adopção. Receiam que sejam expulsos logo que tiverem desenvolvido as terras, ou que os novos governos que tomarem posse não sejam tão amáveis para eles. Mesmo assim, para aqueles que não querem ir para muito longe das suas raízes, é um risco que têm que assumir.



A SADC Carece de uma Política Comum Sobre a Leide Terras

A recente crise de terras agrícolas no Zimbabué cativou a atenção de todo o mundo. As invasões das herdades comerciais dos brancos foram cabeçalhos de notícias e sublinharam um aspecto particular dos problemas da reforma agrária na África Austral, nomeadamente a restituição pela força, num país onde os africanos foram expropriados pelos colonos.

Numa publicação recente, o Gabinete Sul-africano de Pesquisa das Ciências Humanas comenta que as políticas de reforma agrária na região têm sido aplicadas inconsistentemente. Tanto as práticas coloniais como as contemporâneas não foram nem têm sido uniformes. Outra importante preocupação na África Austral é o insucesso da integração da reforma agrária nas questões do direito de propriedade, programas de recolocação das populações e políticas consequentes para o uso da terra, quer rural quer urbana.

Apenas 7% de toda a terra em África é arável, e na África Austral esta percentagem é apenas de 6%, sendo o Malawi com o valor mais elevado a 18% e o Botswana com o valor mais baixo, a 0,5%. Os dois outros países da SADC onde o debate sobre a reforma agrária é generalizado apresentam valores médios – o Zimbabué com

8% e a Namíbia com 1% de terra suficientemente fértil para cultivo agrícola. Organizações regionais tais como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) nunca exprimiram uma opinião sobre a reforma agrária, nem tentaram tratar desta questão por

meio de um protocolo apropriado. As variações no direito de propriedade são grandes. Por exemplo, a maior parte de terra na República Democrática do Congo (RDC) obedece ao direito tradicional de propriedade, enquanto no Botswana a terra comunal foi progressivamente desaparecendo. A terra como propriedade de estado varia entre os 100% em alguns dos países da SADC (Moçambique e Zâmbia), 1% (Zimbabué) e 0% (Namíbia). Vinte e cinco por cento da terra na África do Sul é propriedade do estado.

O Banco Mundial e a Oxfam apoiam a ideia de pequenas herdades produtivas em terras reocupadas. Consideram como o mais desejável, que seja o estado o financiador por meio de doações ou empréstimos, em conjunto com uma administração adequada e serviços adicionais nas terras reocupadas. O Botswana é muitas vezes citado como o exemplo do sucesso desta combinação. Para

Numa publicação recente, o Gabinete Sul-africano de Pesquisa das Ciências Humanas comenta que as políticas de reforma agrária na região têm sido aplicadas inconsistentemente.



além das terras agrícolas para produção comercial que possam ser destinadas a serem restituídas ou reocupadas, outros tipos de terras podem também ser disponibilizadas. Dois dos tipos que ocorre mencionar são as terras baldias ou subutilizadas sob o controle das autoridades tradicionais e as terras não produtivas de que o estado é proprietário.

A Namíbia pode ter ambos os tipos. Em 1994 foi calculado por analistas que 28% das terras comunais aráveis no Malawi não estavam a ser cultivadas. As terras agrícolas comerciais não são, portanto, o único tipo de terra disponível para restituição.

Na Zâmbia (como em Moçambique e Angola), todas as terras privadas foram nacionalizadas após a descolonização. A Lei de Terras (Conversão de Títulos) da Zâmbia de 1975 completou o programa de nacionalização, empossando toda a terra na pessoa do presidente como representante do povo da Zâmbia.

Herdades anteriormente privadas foram convertidas em terras de arrendamento por 100 anos e as terras não utilizadas foram apropriadas pelo estado. Sob pressão por parte de doadores, em 1995 o Governo da Zâmbia anulou esta Lei. Desde então, tem estado interessado em receber agricultores brancos expulsos do Zimbabué e permitir-lhes cultivar terras disponíveis, presumivelmente como proprietários exclusivos. No entanto, devido a incertezas quanto ao estatuto legal desta situação, estes agricultores não recorrem a bancos para empréstimos em que as herdades possam ser utilizadas como garantia. Um Projecto da Política de Terras, anunciado em

2002, virá provavelmente a clarificar, quando aprovado, muitas das incertezas que persistem. Contudo, a questão é que a terra propriedade do estado está a ser privatizada.

A falta de terras estatais sob a propriedade do estado que possam ser utilizadas para fins de recolocação das populações justifica a decisão dos governos do Zimbabué e da Namíbia de se concentrarem nas herdades comerciais privadas para fins de redistribuição. No Zimbabué, terras para recolocação das populações são postas sob o controle do estado. Na Namíbia, a Lei da Reforma das Terras Agrícolas (Comerciais) de 1995, estipula que as terras para recolocação das populações sejam consideradas como propriedade exclusiva dos ocupantes. Desta forma, o Presidente Sam Nujoma adquiriu herdades para si próprio. Outras leis permitem a propriedade comunal nas áreas sob o controle das autoridades tradicionais, principalmente na zona setentrional do país.

No Zimbabué, a estrutura legislativa inicial foi dada pela Secção 57 da Constituição da República do Zimbabué (1979), negociada em Lancaster House, no Reino Unido (daí o nome de Acordo de Lancaster House). Este documento proporciona o acordo "vendedor voluntário - comprador voluntário" bem como o financiamento Inglês para fins de reocupação (como no Quênia e na Suazilândia). Foi com parte do Acordo de Lancaster House que a Constituição pode ser modificada, mas só depois de 1990. Isto foi feito pontualmente por meio das Leis de Alteração da Constituição do Zimbabué de 1990 e 1993. Ambas as Leis permitiam a reocupação de

terras com compensação justa (em vez de "adequada"), como estipulado no Acordo de Lancaster House. Nenhuma das Leis definiu qualquer dos conceitos mas, aparentemente, *adequado* significa "valor de mercado", enquanto compensação *justa* diria respeito apenas a melhoramentos, os quais deveriam ser pagos, e não ao valor da terra em si. Estas duas Leis alteraram a Secção 16 da Constituição, a qual, em conjunto com a Lei de Aquisição de Terras, foram a base legal para a expropriação das terras invadidas depois de 2002. Depois do referendo de 2000, a Associação dos Veteranos da Guerra exigiu mais terras. As invasões começaram de imediato, desta vez encorajadas abertamente pelo próprio governo, que deu apoio ao direito dos veteranos de ocuparem herdades comerciais. O Projecto de Lei dos Ocupantes de Terras Rurais (Protecção Contra a Expulsão), de 2001, quando aprovado como lei, em Fevereiro de 2002, impediu a expulsão dos invasores pelos agricultores comerciais.

Antes das invasões, a distribuição de terras no Zimbabué era altamente desigual. Em 1911, as herdades em posse de agricultores brancos representavam 20% de todas as terras na antiga Rodésia. Por volta de 1931, depois da aprovação da Lei da Nomeação de Terras, terras na posse de europeus passaram a representar 50.8%. Estes valores declinaram gradualmente para 45%, em 1965 (altura da Declaração Unilateral de Independência da Rodésia), e 39%, em 1980, embora ainda representassem grande parte das melhores terras agrícolas. Em

(continua na página 6)

1997, quando as primeiras invasões por parte dos veteranos de guerra começaram, as terras na posse de agricultores brancos representavam 28%.

A Namíbia é o único país da SADC onde se realizou uma conferência nacional sobre a reforma agrária e a questão das terras. Esta ocorreu em 1991, tendo-se seguido a conferência da Federação das Organizações Não-Governamentais da Namíbia (NANGOF), a qual teve lugar em Mariental em 1994. Desde então, a reforma agrária e o processo de transferência de terras na Namíbia têm sido feitos de acordo com a lei, tendo já sido redistribuídos 567.041 hectares. Cerca de 7,4% do total da área terrestre do país foi comprada pelo governo entre 1990 e 2000 a fim de reinstalar 30.000 pessoas. Contrastando com a instalação de outros grupos, ocorrida anteriormente em países como o Quênia e o Zimbabué, as regiões agrícolas mais marginais do país, abaixo da Linha Vermelha, foram utilizadas para realojamento, longe das terras férteis do norte, as quais foram, na sua maioria, deixadas nas mãos das comunidades indígenas.

A Constituição da África do Sul de 1996, refere-se à protecção dos direitos de propriedade existentes bem como à reforma agrária. Nas áreas de produção agrícola comercial do país, há cerca de 40.000 agricultores comerciais a tempo inteiro e 20.000 em regime de tempo parcial. As suas capacidades variam, com cerca de 25% produzindo 80% da produção agrícola total. Por outras palavras, 75% destes agricultores contribuem apenas com 20% da produção. Há ainda

a considerar 40.000 pequenos agricultores africanos, a maioria dos quais produz colheitas para a indústria do açúcar no Kwazulu-Natal. Com muito mais chuvas e melhor qualidade de solos do que em outras partes do país, estes agricultores podem ter explorações viáveis em herdades de 12 a 25 hectares. Nas áreas secas do Karoo, a viabilidade comercial só é conseguida por herdades de grandes dimensões, se se considerar que são necessários 10 hectares de terra por cada carneiro.

A partir de 1994, o processo de transferência de terras tem sido lento, pelas seguintes razões:

- todas as reivindicações tinham que ser ratificadas por tribunal,
- a Comissão para a Restituição dos Direitos sobre Terras e o Departamento dos Assuntos de Terras duplicaram muitas funções resultando, em consequência, demoras e ineficiências burocráticas,
- o processo investigativo era pesado, e


Organizações regionais tais como a SADC nunca exprimiram uma opinião sobre a reforma agrária, nem tão pouco tentaram tratar desta questão por meio de um protocolo apropriado.

• havia cláusulas problemáticas na Lei de Locatários de Trabalho e na Lei da Extensão da Segurança e Propriedade, de 1997.

Apesar da Secção 25 (5) da Constituição de 1996 permitir a redistribuição, presentemente o

governo prefere utilizar as disposições da Lei da Terra e Assistência de 1993. Ao contrário da política nacional sobre a habitação, por exemplo, a reforma agrária na África do Sul não é governada por apenas uma só legislação. Para além disto, tal como no Zimbabué e na Namíbia, não existe uma estratégia global para o desenvolvimento urbano e rural. Em última análise, a reforma agrária e a atribuição de poder económico aos africanos não são grandes prioridades para o Governo do Congresso Nacional Africano (ANC). Alternativamente, tem-se concentrado na transformação dos sectores não agrícolas da economia moderna.

Apesar de todos os governos na região da SADC terem políticas de reforma agrária, elas assumem formas diferentes e não coordenadas entre os diferentes países membros, embora haja convergência de políticas em termos de relacionamento ao mercado. A SADC também tem falta de uma política de terras global, não tendo integrado a reforma agrária numa mais vasta estratégia de desenvolvimento rural. O documento NEPAD também não indica o caminho a seguir no que respeita a este assunto. São necessárias, a nível regional, uma atitude comum em relação à reforma agrária e um protocolo da SADC sobre este assunto. O enquadramento regulatório comum ajudaria muito no que respeita à predictabilidade das políticas que têm sido afectadas pelos

acontecimentos imprevisíveis no Zimbabué. A SADC conseguiu formular protocolos sobre os recursos de águas; não há motivos que impeçam a reforma agrária de ser parte da agenda para a integração regional no futuro.  Willie Breytenbach



O Relacionamento entre a Segurança de Água e a Pobreza: Numa perspectiva da África Austral

O aumento da falta de água na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) vai limitar gravemente os esforços levados a cabo pelos vários países para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida dos seus povos. Esta "crise de água" significa, em essência, a escassez da água doce disponível. Os problemas de disponibilidade são o resultado de variação espacial (uma vez que a água não está sempre disponível no local onde é mais necessária) e flutuações temporais na oferta e procura de água doce. Como resultado, nem sempre está disponível onde é necessária. Na África Austral, o clima predominantemente semiárido é caracterizado por uma variação extrema de pluviosidade, o que amiudadas vezes faz com que se registem secas graves ou ocasionalmente cheias terríveis. Esta situação, juntamente com as percentagens elevadas de evaporação, afecta o montante de água disponível.

Na região da SADC, que possui 15 bacias hidrográficas, o aumento da competição para o acesso à água é inevitável tendo em conta a população crescente e as suas necessidades de água. O fortalecimento da cooperação regional através do Protocolo Revisto da SADC para os Cursos de Água Partilhados e iniciativas a nível africano como as da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) podem não só ajudar a proteger e gerir os recursos de água da África Austral para o benefício de todos, como também assistem no desenvolvimento sustentável e, particularmente, no alívio da pobreza. O desenvolvimento de abordagens integradas que possuem a redução da pobreza e a sua erradicação como um objectivo específico requerem um

espectro mais vasto de compreensão do significado de "pobre". A pobreza deveria ser abordada como uma noção multidimensional e eventualmente complexa, reflectindo as condições materiais e não materiais das vidas das pessoas. Apesar da pobreza de salários ser uma das facetas mais óbvias das experiências dos pobres, não é, de forma nenhuma, a única. Falta de alimentação e instalações de habitação, energia, saúde e educação adequadas; de uma rede social de apoio, de acesso a recursos naturais e de liberdade de escolha e de expressão, são todos componentes da pobreza. Os pobres são também extremamente vulneráveis à desorganização económica e são ainda os mais vulneráveis aos efeitos dos desastres naturais. São muitas vezes expostos ao tratamento inaceitável de instituições do estado e da sociedade e, muitas vezes também, dão por si sem terem qualquer poder para conseguirem influenciar decisões que afectam as suas vidas de formas críticas. Esta perspectiva de pobreza representa um tipo de pensamento evidente, por exemplo, nos Objectivos de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milénio (MDGs), que tem como objectivo transpor todo o espectro dos efeitos da pobreza.

Se aceitarmos que a pobreza é um conceito multidimensional, o desenvolvimento, como veículo pressuposto para o combate à pobreza terá que cobrir toda a variada gama destes assuntos. Por isso mesmo, a pobreza e o desenvolvimento são as duas faces da mesma moeda. Isto está reflectido no papel da redução da pobreza como a maior arma para combater o actual estado de subdesenvolvimento do continente,

utilizando as estratégias acordadas pela NEPAD. De acordo com esta perspectiva, a questão da segurança de água torna-se extremamente relevante.

O conceito da segurança de água está basicamente ligado à questão de até que ponto as pessoas têm acesso vital a recursos e serviços de água duráveis e credíveis. A segurança de água significa que as pessoas têm acesso consistente a recursos e serviços de água suficientes para ir continuamente ao encontro das suas necessidades básicas para assim poderem utilizar todas as oportunidades que apresentam os recursos de água, estão protegidas contra os perigos relacionados com a água e têm recurso justo quando se registam conflitos sobre água. Incluídos neste conceito estão tanto a dimensão de recursos (como a escassez de água, questões de qualidade da água ou os efeitos das cheias ou das secas) e uma dimensão humana (por exemplo, conflitos sobre a distribuição de água, conhecimentos limitados, ou bens de capital insuficientes para a gestão eficiente da água). A segurança da água, por isso, liga a gestão dos recursos hídricos a preocupações ambientais e de desenvolvimento mais vastas.

A água é um dos elementos chave no caminho para a prosperidade nacional. Nenhum outro tipo de intervenção poderá ter um impacto maior sobre o desenvolvimento económico e saúde pública do que o fornecimento de água potável para beber e das condições sanitárias correctas. A segurança da água é crítica a todos os níveis da sociedade. E porquê? Em primeiro lugar, a água contribui para o bem-estar através da melhoria da segurança alimentar e é um componente crítico para a produção industrial, geração de

(continua na pág 8)



electricidade e transportes. Em segundo lugar, a água contribui para o desenvolvimento social e humano principalmente através da melhoria da saúde. A melhoria o fornecimento de água e a redução consequente de problemas com a saúde, mantêm-se como prioridade na luta global contra a pobreza como registado nos MDGs. Em terceiro lugar, a água contribui para a sustentabilidade e renovação ambientais. Os recursos de água são fundamentais nas dinâmicas de muitos processos ecológicos. Em especial, os atoleiros e planícies alagadiças desempenham um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e no funcionamento do ambiente no seu todo. A sustentabilidade ambiental beneficia todos, mas frequentemente os beneficiários mais directos são os pobres porque muitos deles dependem exclusivamente do ambiente natural para a sua sobrevivência.

De acordo com a Divisão de Água da SADC (WD), a pobreza tem vindo a aumentar regularmente na região, sem qualquer indicação de que o número de pobres venha a diminuir a curto prazo. A disponibilidade de água é chave

para fazer reverter esta tendência e conseguir alcançar o principal objectivo de desenvolvimento da SADC de alívio da pobreza. Dado que a região está banhada por vários rios com as suas bacias partilhadas, a utilização sustentável e equilibrada destes recursos de água doce é crucial não só para o desenvolvimento económico e para a integração regional como ainda para garantir a segurança de água para toda a região.

Avisão para a água da SADC WD sublinha a necessidade para um aumento da cooperação e integração entre os membros da SADC como o caminho para um desenvolvimento sócio económico significativo. Existem vários acordos bilaterais e multilaterais para facilitar a cooperação entre as bacias hidrográficas da região. Estes incluem comissões de bacias hidrográficas relativas aos Rios Orange, Limpopo e Okavango / Cubango; uma série de Comités Conjuntos Técnicos Permanentes, como os do Projecto de Água do Lesoto Highland; e o Plano de Acção para o Rio Zambeze Comum (ZACPLAN). Contudo, a cooperação e coordenação regional total ainda não foram conseguidas.

Um desenvolvimento significativo no sentido de uma melhor integração foi a assinatura do Protocolo da SADC das

Bacias de Cursos Partilhados realizada em 28 de Agosto de 1995, que foi mais tarde revisto e assinado por 13 dos 14 membros da SADC em 7 de Agosto de 2000. O Protocolo Revisto procura fortalecer a cooperação na utilização e gestão judiciosa e coordenada das bacias hidrográficas partilhadas na região da SADC para que estes recursos possam ser partilhados equitativamente, para o benefício de todos. Apesar destes sinais de progresso, os desafios que, de uma forma geral, a SADC enfrenta no seu sector de água são imensas e não serão facilmente resolvidas. (Ver a caixa abaixo). Um dos mais importantes obstáculos no caminho de se alcançar não só a segurança como a gestão correcta dos recursos de água é a fraqueza institucional da SADC como organização. Um outro obstáculo é a total falta de políticas e estratégias harmonizadas necessárias, não só para proporcionar perspectivas a longo prazo para o desenvolvimento e gestão dos recursos de água da região da SADC como também para orientar intervenções a curto e médio prazos que reconheçam a água como um recurso estratégico.

Requisitos para desenvolver e gerir o sector de água da região da SADC:

- Melhorar o quadro legal e de regulamentação aos níveis nacional e regional para garantir políticas e legislação harmonizada e consistente com os princípios internacionais que regem os recursos de água.
- Fortalecer as instituições de bacias partilhadas para facilitar o desenvolvimento de planos abrangentes e integrados das bacias.
- Fortalecer a capacidade para desenvolver políticas sustentáveis que proporcionem incentivos monetários para encorajar a conservação e a utilização sustentável dos recursos hídricos.
- Encorajar a base de conhecimentos sobre os recursos de água através de aquisição, gestão e disseminação de informação melhorada e desenvolvimento da pesquisa e tecnologia.
- Promover a consciencialização, educação e formação do público sobre a situação dos recursos de água e sobre a forma como os assuntos económicos, sociais, ambientais e de gestão se relacionam com a água.
- De forma idêntica as pessoas devem ser informadas de que a qualidade da água não deve ser degradada e que a contaminação leva a doenças transportadas pela água que afectam a saúde humana e a produtividade.
- Promover a participação pública na formulação de políticas e programas e na sua implementação.
- Promover o desenvolvimento de infra-estruturas estratégicas para a água.



t e r m o s económicos — a África do Sul, Botsuana e Namíbia — tem falta de água e necessitam de desenvolver transferências de água entre b a c i a s hidrográficas para poderem sustentar o seu potencial de

O Comércio Agrícola e a Segurança Alimentar na SADC

Desde o nível multilateral até ao nacional, o comércio agrícola é um dos sectores mais sensíveis da economia da região, porque atrai formas óbvias de protecção e distorção. A paranóia exibida pela maioria dos governos no que diz respeito ao comércio de produtos agrícolas, é parcialmente um resultado do relacionamento muito próximo deste sector com o da segurança alimentar bem como as implicações que dele resultam para a estabilidade social e política.

Como a maioria das economias da SADC são principalmente baseadas na agro pecuária, a importância da agricultura e do comércio agrícola na região nunca poderá ser sobre estimado.

A Visão da SADC numa Perspectiva Histórica

Para uma melhor análise do regime actual de comércio e os seus efeitos no comércio agrícola e segurança alimentar, é essencial que apresentemos uma panorâmica breve sobre a evolução da interdependência económica na África Austral.

A criação da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, (SADCC), predecessora da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África

(continua na pág 10)

Este último obstáculo é devido sobretudo à falta de dados fiáveis.

A capacidade de proteger os recursos de água e garantir uma oferta constante depende principalmente do desenvolvimento de grandes infra-estruturas como barragens. Tais investimentos para infra-estruturas são necessários em todo o mundo em desenvolvimento, apesar de projectos anteriores terem sido levados a cabo com grandes prejuízos financeiros, sociais e ambientais.

A necessidade de melhorar a oferta de água na região é reconhecida no Protocolo. Estudos recentes demonstram que uma média de 60% de pessoas nas áreas rurais em toda a região da SADC ainda não tem acesso a fontes fiáveis e seguras de água potável. Isto acontece, apesar do facto de que a África do Sul e o Zimbabué têm, conjuntamente, 752 barragens enquanto os outros nove países da região têm apenas um total de 55. Por isso, há necessidade de mais desenvolvimento de infra-estruturas de água nestes países. Os países com mais água na região como Angola e a República Democrática do Congo (RDC), o Malawi, Moçambique, Tanzânia, e Zâmbia, têm as mais baixas densidades de barragens no mundo. Os estados da região mais desenvolvidos em

crescimento económico. Trata-se claramente de um incentivo para uma maior integração ente os países e para a formulação de programas estratégicos de infra-estruturas regionais para o armazenamento e transferência de águas bem como para a irrigação, combate às secas e controlo das cheias.

A água doce é, sem qualquer dúvida, a essência fundamental de toda a vida. É uma necessidade universal que sustenta a fibra de todas as sociedades. Portanto, não é surpreendente que a melhoria e a gestão da segurança de água sejam fundamentais para se alcançar todos os MDGs (particularmente a erradicação da fome extrema e pobreza e garantir a sustentabilidade ambiental) e as estratégias específicas desenhadas pela NEPAD para combater o actual estado de sub desenvolvimento em que o continente se encontra. A água sustém as iniciativas de desenvolvimento — segurança alimentar, fornecimento de electricidade, saúde, crescimento económico e renovação ambiental. A água é ainda uma das principais razões para a integração regional, sendo o âmago vital dos desenvolvimento equitativo e sustentável. Assim o investimento na segurança de água é um investimento no desenvolvimento para o futuro da região. (S)

Mapule Kgomongoe

Austral), foi motivada por uma visão forçada de um futuro partilhado para a região. A SADCC foi criada em 1980 para promover a auto-suficiência nos estados da linha da frente. O objectivo principal era o de reduzir a dependência do que era então a África do Sul do Apartheid, através da coordenação da colaboração regional nos projectos de desenvolvimento.

Enquanto a integração económica era um objective implícito da visão da SADC, os meios escolhidos para alcançar tal objective envolviam a promoção da cooperação sectorial em vez do aumento do comércio regional. Foram considerados como sectores estratégicos os transportes e comunicações, segurança alimentar, energia e indústria apesar do comércio também se ter transformado num importante sector.

É no âmbito do sector da segurança alimentar que o comércio agrícola desempenha um importante papel.

Modelos de Comércio Agrícola

O Comércio entre os países da SADC constitui hoje cerca de 20% do comércio global total da região. A região no seu todo é exportadora de produtos agrícolas e as importações agrícolas são geralmente mais baixas que as exportações. Contudo, o foco recente sobre o comércio como veículo para o desenvolvimento económico regional levou a um crescimento significativo no comércio de produtos agrícolas entre os membros da SADC.

A União Alfandegária da África Austral (SACU), juntamente com o Zimbabwé representam 94% das exportações regionais totais. A África do Sul, possuindo a maior economia, gera cerca de 75% do produto interno bruto (PIB) da região dominando efectivamente o

comércio entre os países membros da SADC. O comércio de produtos agrícolas representa relativamente uma pequena porção do seu PIB total e as suas exportações regionais excedem em muito as suas importações. O Botsuana, Namíbia, Swazilândia e Zimbabwé são os maiores importadores da África do Sul.

Um estudo feito pela Fundação de Investigação Económica e Social (ESRF) em cinco países da SADC conclui que as importações da Tanzânia vindas da SADC excedem as suas exportações apesar de ser um país rico em produtos agrícolas. Apesar do seu comércio com a região estar a aumentar gradualmente devido aos processos de liberalização comercial e integração regional, o seu comércio actual com a SADC está abaixo do seu potencial. No caso do Malawi, o comércio regional, numa forma geral, é mínimo e está em declínio porque a maioria dos seus mercados estão na Europa e Estados Unidos. Por outro lado, a Zâmbia tem vindo a registar um aumento positivo em exportações de produtos agrícolas não tradicionais (como flores) e um aumento de importações totais da SACU de produtos primários e processados.

No que diz respeito à Namíbia, dados recentes demonstram que cerca de 83% do seu comércio é feito com membros da SACU, sendo a África do Sul o maior Mercado; apenas 7% do seu comércio de produtos agrícolas e alimentares é feito com países que não pertencem à SADC e outros 10% com terceiros países. Contudo, o comércio entre a Namíbia e Angola está a desenvolver-se e existe um enorme potencial para crescimento. Angola não exporta actualmente produtos agrícolas para o resto da SADC e apenas importa alimentos da SACU. No caso de Moçambique, o país faz mais comércio com os

países da SACU do que com outros membros da SADC e com terceiras partes, o que faz com que alguns analistas considerem Moçambique como um estado natural da SACU.

Os produtos agrícolas mais vendidos incluem o tabaco, chá, açúcar, milho, algodão e madeira. Vários países da SADC que não pertencem à SACU são produtores competitivos de produtos agrícolas como alimentação, bebidas, tabaco e fio de algodão. Contudo, é desencorajante notar que apesar destes produtos serem produzidos na região, a África do Sul, numa forma geral, importa-os de outras áreas do mundo. Mas não está sozinha neste comportamento porque a SACU, as Maurícias e a Tanzânia fazem o mesmo. As razões (como se discute a seguir) são os níveis proibitivos de protecção tarifária na região, o que actua como grave impedimento à importação de produtos que são produzidos noutros países da SADC.

Poderá a SADC Alimentar-se a Si Própria?

A região da SADC não é homogénea em relação aos níveis de desenvolvimento económico e também em termos climáticos, geográficos e recursos naturais. A Tanzânia, Moçambique, República Democrática do Congo (RDC), Angola, Namíbia e África do Sul são privilegiados em terem saídas para o mar, enquanto o Malawi, a Zâmbia, Zimbabwé e Botsuana são países do interior. Para além disso, metade dos estados membros da SADC fazem parte da lista da ONU dos países menos desenvolvidos (LDCs) — ou seja, a RDC, Lesoto, Angola, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Contudo, o potencial para um aumento do comércio de produtos agrícolas entre os países membros da SADC é imenso. As variações



das condições climatéricas na região permitem a produção de uma variedade de cereais e de diferentes estações para a colheita o que resulta na vulnerabilidade variável da crise alimentar. As diferenças em factores naturais podem ser exploradas para garantir que a região seja capaz de evitar a fome através do comércio de produtos agrícolas. Os países "ricos" em alimentos como a África do Sul, Tanzânia e potencialmente o Zimbabwé (anteriormente o celeiro da SADC) deviam tentar aumentar a produção para poderem fornecer países como o Botswana e Namíbia que possuem terras aráveis limitadas e cujas vantagens comparativas se baseiam na produção de gado e exportação de carne. Por outro lado, os níveis de fabricação também variam de país para país, que deveria permitir aos países como a África do Sul importarem matérias-primas e exportarem para outros países na região, produtos agrícolas processados.

É desencorajador notar que nos últimos três anos, pelo menos quatro países da SADC — Lesoto, Malawi, Zimbabwé e Zâmbia — foram forçados a apelar à comunidade internacional para a sua intervenção para evitar graves crises alimentares causadas por secas. Dado o enorme potencial da região para se alimentar a si própria, é uma pena que qualquer estado da SADC tenha necessidade de pedir auxílio alimentar à comunidade internacional. As faltas de alimentação num país podem ser facilmente superadas pelos excessos de produção noutra.

De acordo com os estudos conduzidos pela Rede de Análise Política para Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FRANRPAN), o Botswana, Lesoto, Namíbia e, por vezes, a Swazilândia são importadores

regulares de montantes substanciais de milho para poderem satisfazer as suas necessidades anuais. Isto representa uma procura relativamente consistente de exportação dos países ricos em produção. Apenas a África do Sul, que gera cerca de metade da produção total de milho da SADC, é normalmente capaz de satisfazer as suas necessidades locais em termos domésticos.

Um estudo da FANRPAN analisando a crise alimentar de 2002 na região, revelou que a gestão de desastres e os planos de contingência ou eram inadequados ou não existiam de todo na maioria dos países e a nível regional, apesar dos pré-avisos de fontes nacionais e regionais. Contudo, a resposta humanitária dos países individuais, da região e da comunidade internacional ajudou a evitar uma catástrofe humana na SADC. A crise demonstra graficamente aos governos a importância de encorajar o sector privado, tanto formal como informal, a desempenhar um papel de apoio no fornecimento dos déficits da alimentação nacional. Isto exige um ambiente de comércio não restritivo e marketing que sejam mais conducentes a importações de produtos alimentares que sejam mais eficientes e atempadas, especialmente dietas como o milho. No Zimbabwé, os controlos do preço sobre os produtos básicos agravaram a situação, resultando numa grave falta de alimentos. A maior parte dos alimentos são

vendidos ilegalmente e a elevados preços no mercado paralelo e muitos comerciantes sem escrúpulos tiram vantagens da situação com objectivos lucrativos. Fornecimentos de alimentação são armazenados para fazer aumentar a escassez e com ela os preços. Mas, as políticas intervencionistas inapropriadas podem causar falhas no mercado doméstico que fazem agravar a insegurança alimentar.

Na África Austral, o comércio informal através da fronteira desempenha um importante papel no transporte de alimentos das áreas de excesso para áreas de escassez. Ajuda a sustentar muitas famílias pobres e constitui uma forma de vida para os comerciantes. O impacto da crise humanitária alimentar foi, pelo menos, parcialmente aliviado por elevados volumes de comércio informal através da fronteira entre o Malawi e a Zâmbia. Apesar de haver desenvolvimentos positivos neste sector, como o agrupamento de comerciantes informais em associações (como a Associação de Comerciantes Transfronteiriços no Zimbabwé) de forma a receberem um reconhecimento e financiamento adequados, as políticas comerciais actuais como o requisito de visa e procedimentos de fronteira criam muitos constrangimentos no comércio informal.

Desafios e Oportunidades para o Crescimento

Apesar do potencial para um crescimento do comércio de produtos agrícolas entre estados da SADC estar foram de questão, o ambiente económico actual está repleto de obstáculos e engarramentos que em si funcionam como barreiras importantes mas possíveis de transpor. Tais impedimentos incluem barreiras tarifárias e não tarifárias;

(continua na pág 12)

CONTACTOS DA SADC

Private Bag 0095
Gaborone, Botswana
Nº de Tel: +267 3951863
Nº de Fax: +267 3972848
/581070
Sítio no Web: www.sadc.int
Endereço electrónico (e-mail):

preocupações macroeconómicas; desequilíbrios comerciais; dificuldades enfrentadas pela integração regional; custos de transportes e aspectos fracos do sector da oferta.

Barreiras tarifárias e não tarifárias.

Apesar de um progresso considerável na integração regional e na reforma comercial, os países membros da SADC ainda impõem elevadas tarifas e barreiras não tarifárias e técnicas ao comércio de produtos agrícolas transfronteiriço em toda a região. Estudos indicam que estes constrangimentos incluem procedimentos embaraçosos das alfândegas, documentação excessiva, ineficiência geral, corrupção e atrasos desnecessários nas fronteiras e portos que todos somados resultam num custo adicional enorme para o comércio transfronteiriço.

Em relação à África do Sul, as exigências dos importadores para um intenso e consistente movimento de produtos frescos de alta qualidade são consideradas como outro obstáculo que o comércio regional tem que ultrapassar. Apesar de serem necessárias normas para, por exemplo, salvaguardar a saúde e segurança e para proteger o ambiente, uma insistência excessiva para o seu cumprimento pode limitar o acesso de mercado para alguns países. Há uma necessidade de harmonização das normas dos produtos para garantir que as necessidades locais não sejam indevidamente proteccionistas e estejam em linha com as provisões dos acordos da Organização Mundial do Comércio sobre medidas sanitárias e de fitossanidade e barreiras técnicas ao comércio sobre a harmonização e reconhecimento mútuo.

Outra limitação à realização completa dos dividendos da liberalização comercial e integração

regional relaciona-se com os sistemas de impostos aduaneiros que são mal coordenados na SADC. Os efeitos negativos da falta de harmonização tarifária incluem o contrabando em grande escala de cerveja da África do Sul para Moçambique e o contrabando de tabaco da África do Sul para o Zimbabué.

Preocupações Macroeconómicas

Apesar da maioria das economias da África Austral terem sido objecto de reformas dolorosas de políticas económicas em nome dos programas de ajustamento estrutural em meados da década de oitenta, vestígios da industrialização de substituição de importações em vez do crescimento via exportação mantêm-se. A ideia de olhar para dentro para alcançar o desenvolvimento emerge de vez em quando e é uma fraqueza na argumentação de muitos responsáveis pelas medidas políticas.

Os seguintes assuntos de política macroeconómica foram identificados como obstáculos ao comércio de produtos agrícolas: dificuldades de câmbios (divisas sobre valorizadas que fazem desenvolver um mercado paralelo lucrativo, causando a falta de divisas estrangeiras na sequência do açambarcamento feito pelos agentes económicos com objectivos especulativos); regras de origem proibitivas; diversificação inadequada nos produtos comerciáveis; intervenção imprópria dos governos no mercado (na forma de controlo de preços); apoio insuficiente prestado ao comércio informal através das fronteiras; e falta de uma maior harmonização de políticas.

Desequilíbrios Comerciais Existentes

Os fluxos comerciais na região são assimétricos em favor dos países membros da SACU, particularmente da África do Sul. Apesar deste país

ter aberto o mercado aos fornecedores regionais (muitos dos quais estão a pagar tarifas baixas em termos do princípio de assimetria), a percentagem da África do Sul no comércio da SADC aumentou de 75% para cerca de 80% entre 1995 e 2000. Este desequilíbrio notório de comércio faz com que alguns governos se mostrem relutantes no aceleramento da liberalização comercial a nível da região porque receiam que as suas indústrias não sobrevivam à competição Sul africana o que leva a uma liberalização mais lenta e a efeitos adversos no comércio de produtos agrícolas entre países.

Dificuldades de Integração Regional

A África Austral está assolada por uma multiplicidade de iniciativas e organizações para a integração regional. Para além da SADC há o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a SACU, a Comunidade da África Oriental (EAC); A Comissão do Oceano Índico (IOC); a iniciativa do Arco do Oceano Índico (IOR); Iniciativas Transfronteiriças (CBI) e a Área Monetária Comum (CMA). Para além disso existem vários acordos de comércio bilaterais entre os estados membros da SADC.

O problema com esta tendência é que os países que são signatários de vários acordos comerciais regionais enfrentam a dificuldade de terem que cumprir os diferentes planos de redução tarifária e regras de origem entre outros assuntos. Por exemplo, a situação de membro do Malawi sobrepondo acordos regionais e bilaterais com agendas divergentes de liberalização comercial complica o seu regime comercial e afecta a sua actuação.

Custos de Transportes

Um número significativo de estudos demonstram que o transporte é um



sector chave porque tem um impacto directo na competitividade comercial dum país ou região. Na região da SADC o transporte é uma barreira grave ao aumento do comércio de produtos agrícolas e mais ainda porque os produtos agrícolas são numa forma geral volumosos. Ineficiências no sistema de transportes são o resultado de falta de investimento na infra-estrutura e manutenção. Como resultado, a actualização constante de linhas férreas e comboios bem como a reparação de estradas são absolutamente necessárias.

Alguns países na região enfrentam o problema de possuírem sistemas de transportes nacionais inadequados, especialmente nas áreas rurais. A maioria dos pequenos agricultores têm enorme dificuldade em transportarem os seus produtos agrícolas para os mercados o que reduz o incentivo para aumentar a produção. A nível nacional, as dificuldades em enviar produtos por estrada ou caminhos-de-ferro significa que o fornecimento para destinos regionais se torna muito dispendioso. Os efeitos são a redução na exportação de produtos agrícolas e preços mais baixos dos alimentos. No Zimbabué, a recente crise económica teve graves repercussões na indústria de transportes e outras infra-estruturas. A maioria dos produtos agrícolas do país são transportados por via férrea para os portos marítimos e vice-versa. Os Caminhos-de-ferro do Zimbabue não tem capital para poder financiar a modernização da via e comboios, o que tem tido um efeito adverso no transporte importações de milho outro auxílio alimentar para as várias áreas do país, ameaçando assim a sobrevivência de muitos.

Devido à herança do colonialismo, as instalações de transporte na África Austral (e no resto do continente) estão principalmente orientados para as

necessidades dos mercados estrangeiros em vez de dirigidos para o comércio regional. Por esta e outras razões, a maioria dos países acham ser menos moroso e mais em conta exportarem para a Europa em vez de o fazerem para os seus vizinhos. Para além disso, as discrepâncias em custo entre o frete rodoviário e marítimo fazem com que, por exemplo, seja mais em conta para um produtor baseado na província do Gauteng, na África do Sul, transportar milho por via marítima para um porto dos Estados Unidos via Durban do que enviá-lo por estrada para alguns países na região da SADC, incluindo Angola, Zâmbia, Zimbabué e Tanzânia. Isto sublinha a importância de melhores ligações para apoiar uma maior integração regional e comércio internacional.

Aspectos Fracos da Oferta

Para além dos problemas de procura, os países africanos têm que superar a variedade de desafios para poderem tirar vantagem das oportunidades de acesso a mercados para as exportações agrícolas tanto a nível regional como internacional. Os países da SADC não são excepção. Um número considerável de países na região, (incluindo a Tanzânia, Malawi e Zâmbia) têm as suas exportações de produtos agrícolas mais dificultadas por problemas relacionados com a oferta do que pelas barreiras do comércio internacional.

As maiores limitações de aumento de produção e exportação são a capacidade insuficiente de evitar a propagação de doenças como a febre aftosa, a impossibilidade de fornecer produtos com a elevada qualidade e com a embalagem correcta, serviços e infra-estruturas comerciais inadequadas, instalações para armazenagem e venda inferiores, manuseamento ineficiente de carga, elevado custo de electricidade, redes de

telecomunicações deficientes, utilização insuficiente de tecnologia moderna e um fluxo de oferta inconsistente. Todos estes aspectos levam à perda de mercados em favor de fornecedores mais competitivos de terceiros países.

Há necessidade de investimentos substanciais em áreas como as de sementes, fertilizantes e maquinaria para que se possa expandir a produção de produtos agrícolas parte das dietas regionais bem como os produtos não tradicionais como especiarias e flores.

Perspectiva Futura

É animador notar que nenhum dos impedimentos acima mencionados ao comércio de produtos agrícolas entre os países da SADC é impossível de corrigir. Muitos desenvolvimentos actuais prevêem uma SADc mais próspera e segura em termos alimentares.

Primeiro, o Protocolo da SADc para o Comércio, que foi adoptado em 1986 e entrou em vigor em 2000, promete criar um novo sistema económico na região. Nos termos deste protocolo, os membros da SADC empenham-se em implementar a liberalização progressiva do comércio na região. Uma área de comércio livre cujo estabelecimento está planeado para o ano 2008, levará à criação da união alfandegária até 2012. Os objectivos declarados no protocolo são de liberalizar ainda mais o comércio em produtos e serviços na região, assegurar uma produção eficiente, contribuir para a melhoria do clima para o investimento doméstico, transfronteiriço e estrangeiro e melhorar o desenvolvimento económico, a diversificação e industrialização da região. O protocolo também, contém disposições detalhadas das regras de origem e exige a harmonização das normas sanitárias e fitossanitárias bem como regulamentos técnicos. Até 2008, mais de 85% do comércio da SADC deverá ser livre de encargos alfandegários. As restantes tarifas sobre produtos sensíveis como o açúcar e

(continua na pág 14)



algodão deverão ser eliminadas durante o período de 2008 a 2012.

A implementação com sucesso do protocolo, sem dúvida que levará ao aumento do comércio na região dos cerca de 20% actualmente para os 35% por cento até 2008. O processo de redução de tarifas alfandegárias já começou e deverá levar ao aumento do acesso ao mercado para os produtos agrícolas. Isto deverá servir como incentivo para o aumento da produção o que irá, por seu turno, melhorar a segurança alimentar.

Em segundo lugar, há uma consciencialização crescente entre os responsáveis pelas decisões políticas de que a liberalização tarifária não é, em si, suficiente para garantir o crescimento comercial e a consequente melhoria do bem-estar das pessoas. Existe consenso entre os investigadores de comércio na região da SADC de que uma melhoraria das infra-estruturas e serviços regionais, (transportes, telecomunicações e finanças) e a resolução dos pontos fracos institucionais (corrupção, regimes ineficientes alfandegários e de impostos e melhoria das facilidades de trânsito) merecem maior atenção para que possam complementar a liberalização tarifária. Alguns líderes regionais já demonstraram uma vontade política considerável no apoio a esta agenda mais complexa. Os bem sucedidos corredores de Maputo e Trans-Kalahari são exemplos claros disso.

Finalmente, apesar de haver ainda muito a ser feito, há razões para optimismo. Em média, os países da SADC envolveram-se em alterações políticas positivas com ênfase no crescimento via exportações o que está em linha com o objectivo de harmonizar as políticas comerciais. Isto promete dar substância à visão declarada no protocolo da SADC para o comércio bem como nos termos de outros acordos regionais e internacionais sobre o comércio livre. Por exemplo, há informações que a Tanzânia,

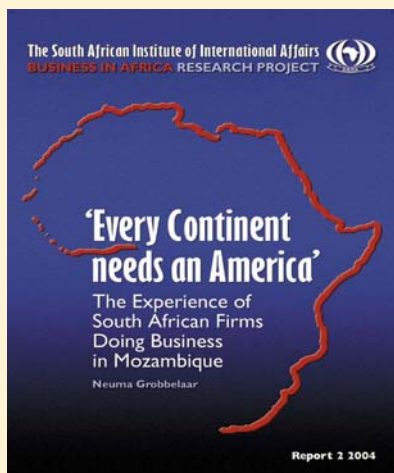
Zâmbia e Malawi liberalizaram os câmbios e sistemas de preços, e aboliram a fixação de preços uniformes em todo o território pelas direcções agrícolas. Por outro lado, os governos na região puseram gradualmente termo às suas intervenções discriminadas no ciclo de produção, venda e distribuição de produtos agrícolas. (🌐)

Nkululeko Khumalo

Actualização sobre Protocolos e Publicações

Em 31 de Outubro de 2003 a África do Sul ratificou o Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna Selvagem e Aplicação da Lei permitindo que o protocolo entrasse em vigor a partir de 30 de Novembro de 2003.

Publicações futuras de SAIIA



ECOWAS: Abrindo caminho para a integração regional da SADC

Desde Abril de 2000 que a movimentação livre de pessoas e produtos desde Lagos até Abidjan, sem necessidade de vistos de entrada ou certificados de alfândega, é uma realidade entre os países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). Um passaporte comum que está a ser utilizado desde 1999 reforça ainda mais o sentido de cidadania da ECOWAS e a consciência popular sobre o processo de integração regional. Tal incorporação como meio de encorajar o crescimento económico, desenvolvimento e força política através do aumento de comércio entre os vários países da região, investimentos transfronteiriços e instituições comuns, tornando possível competir de forma mais efectiva no mercado global. A ECOWAS e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) são geralmente considerados como exemplos positivos de integração regional em África, porque são os únicos grupos regionais onde o comércio entre os vários países neles representados atinge consideravelmente mais do que 10% das suas exportações totais em 2002, por outras palavras, 17% e 22% respectivamente. Os benefícios económicos que podem ser retirados pela utilização de instrumentos regionais coordenados são também ilustrados por iniciativas como o Corredor TransKalahari na África Austral e o projecto do gasoduto na África Ocidental. O tratado que estabeleceu da União Económica da África Ocidental foi assinado em 28 de Maio de 1975, em Lagos, na Nigéria e os protocolos que governam as instituições da ECOWAS foram assinados em 5



de Novembro de 1976. O protocolo revisto foi formalizado de 25 de Junho de 1993. A ECOWAS possui 15 membros da África Ocidental, incluindo a Nigéria, a Costa do Marfim (Côte D'Ivoire) e o Gana.

Nos termos da cooperação política, os instrumentos adoptados pela ECOWAS estão muito mais avançados do que outros aplicáveis a outros grupos regionais africanas. O Protocolo da Defesa de 22 de Abril de 1978 e de 14 de Dezembro de 1981, introduzido e promovido pela Nigéria, permite a intervenção limitada da ECOWAS nos assuntos internos dos estados membros. Estas cláusulas facilitaram a resolução regional de conflitos na Libéria e na Serra Leoa através do Grupo de Monitorização de Paz da ECOWAS, a ECOMOG. Em Julho de 1991, os estados membros adoptaram os Princípios de Boa Governação da CEDAO / ECOWAS ao concordarem com uma declaração prometendo proteger a democracia e o estado de direito. Em 10 de Dezembro de 1999 a assinatura de um protocolo estabelecendo um mecanismo para a prevenção, gestão e resolução de conflitos bem como para a manutenção da paz e segurança reforçou o mandato da ECOMOG. Estes compromissos foram aplicados ou passaram à forma concreta em Setembro de 2003, quando os Chefes de Estado da ECOWAS intervieram em São Tomé e Príncipe para restaurar a presidência de Fradique de Menezes depois de um golpe militar contra o seu regime.

O Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC (OPDS) foi inicialmente lançado em 28 de Junho de 1996. Na sequência de uma controvérsia sobre o seu papel frente às estruturas gerais da SADC, o órgão ficou estagnado durante vários anos. Em 9 Março de 2001 foi integrado noutras instituições da SADC. Mas o OPDS ainda não entrou em vigor. Entretanto, a região da SADC registou uma série de conflitos (na República Democrática do Congo, (RDC), no Lesoto e Zimbabué), que a SADC

não foi capaz de tratar colectivamente. De forma idêntica, as instituições da SADC são prejudicadas por falta de liderança política. Economicamente, a África do Sul que representa 75% do PIB da região é a candidata óbvia. Contudo, a África do Sul não recebeu ainda o estatuto de Líder na SADC, porque muitos dos estados membros estão preocupados com a sua dominação económica. Em contraste, a Nigéria representa 51% do PIB da ECOWAS, mas ao contrário da África do Sul, é também a potência líder em termos políticos e militares na sua região. O quadro político da ECOWAS, ao contrário da SADC, é orientado no sentido de resolver problemas específicos regionais nos estados membros e de criar um nível mínimo de estabilidade antes de se poder alcançar o desenvolvimento económico. Depois de muitos anos de dificuldades, a SADC superou a sua própria inércia e iniciou reformas vitais da sua estrutura, criando Directorados na Secretaria da SADC em Gaborone. É interessante notar que a ECOWAS parece possuir um quadro institucional alargado, cujas funções cobrem áreas como o financiamento regional para desenvolvimento, recursos energéticos e até a criação, em Fevereiro de 2003, de uma rede de inteligência sub regional para combater o tráfico de drogas. A Secretaria da ECOWAS, como a da sua contra parte, a SADC, não possui autonomia formal, sendo responsável por gerir a secretaria sob a supervisão do conselho de ministros. Mesmo assim, o Secretário Executivo inicia projectos de textos para aprovação pelo Conselho, participa activamente em conversações de manutenção da paz regional, coordena políticas e negociações comerciais em representação da ECOWAS. O parlamento da Comunidade é sediado em Abuja e possui poderes

de consulta limitados como a revisão do estatuto de pagamentos de contribuições, a implementação da contribuição comunitária e a situação de segurança na sub-região. O Parlamento faz recomendações à Comunidade e, em Novembro de 2002, iniciou também conversações para a resolução da guerra entre o governo e os grupos rebeldes na Libéria. O Tribunal tem poderes para tratar de queixas dos estados membros e instituições da ECOWAS em relação à interpretação de tratados. Sanções podem ser impostas mas só se um estado membro "de forma persistente não honrar" as suas obrigações. Esta a ser estudada uma revisão do estatuto do tribunal para aceitar queixas de indivíduos contra a Comunidade ou contra um estado membro. O Banco da ECOWAS para o Investimento e Desenvolvimento (EBID) está encarregado de financiar projectos de desenvolvimento nos estados membros.

Os principais instrumentos da SADC incluem vários protocolos sobre assuntos relacionados com a integração regional. Onze dos 22 protocolos ainda não foram ratificados para se tornarem obrigatórios. Os cidadãos da SADC ainda têm os seus movimentos restritos em grande parte devido à política rigorosa de imigração da África do Sul. Em comparação, a circulação livre na região da África Ocidental foi tornada possível pelo Protocolo sobre o Livre Movimento de Pessoas e Produtos de 29 de Maio de 1979, pela eliminação progressiva dos requisitos de certificados de residência, pela criação do passaporte da ECOWAS e pelo registo harmonizado dos veículos automóveis.

O Protocolo Comercial da SADC, lançado em 1 de Setembro de 2000, é uma tentativa de eliminar obstáculos ao comércio entre os estados membros. A SADC alcançou 22% de comércio entre os países da comunidade, o que

(continua na pág 16)

representa o nível mais elevado se o compararmos com o de quaisquer outros grupos regionais africanos. Sem dúvida que esta é a forma mais proeminente de integração no seio da SADC. Espera-se que até 2012 todos os produtos sejam comerciados livres de impostos alfandegários. Mesmo assim, há alguns obstáculos ao aumento do comércio entre os países da região, incluindo postos de fronteira que não são eficientes, impostos elevados e sobreposição de estatutos de membros em vários grupos de integração regional. Como ilustração, a União Aduaneira do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA UA), que deve ser criada em 2004, poderá afectar os planos da SADC de estabelecer a sua própria União Alfandegária. Isto é problemático porque apesar de vários países terem o estatuto de membros sobrepostos em vários grupos regionais, nenhum país poderá pertencer a mais que uma união aduaneira. Isto implica que os países que se juntarem à COMESA UA estão automaticamente excluídos de se tornarem membros da União Aduaneira da SADC.

O Gana e a Nigéria adoptaram a abordagem sem impedimentos de acelerarem a integração económica na ECOWAS ao juntarem os estados membros e os não membros da União Económica e Monetária da África

Ocidental (UEMAO / UEMOA). Os membros da UEMOA não iniciaram o movimento para a integração económica.

A África do Sul, ao contrário da Nigéria, já está empenhada na SACU e poderá sentir dificuldade em engendrar uma forma de estabelecer uma maior cooperação económica na SADC. Na África Ocidental, a União é um grupo forte e bem integrado de países francófonos com uma união aduaneira, uma divisa comum (o Franco CFA) e um banco central. Os estados membros da ECOWAS aprovaram abrangentemente uma segunda área monetária envolvendo os não membros da UEMOA, com um instituto monetário a monitorizar o processo até que se unam numa só área monetária em 2004. Para assegurar o financiamento dos estados membros para as contribuições para a ECOWAS, um acordo sobre um imposto comunitário estipula que 0.5% do CIF (Custo, Seguro e Frete) deverá ser deduzido do preço de todos os produtos importados de um terceiro país. Este imposto tem como objectivo proporcionar uma fonte estável de fundos, através das contribuições dos estados membros para as operações das instituições da ECOWAS. Deverá também ajudar a aumentar a

autonomia da Secretaria. Já entrou em vigor a adopção de um só impresso para declaração de produtos, por todos os serviços alfandegários da região, e um programa de trabalho foi já iniciado para o estabelecimento de uma tabela de Tarifas Externas Comuns até 2007. É aparente que a aceleração da integração requer uma comunidade forte que tem recursos orçamentais garantidos através de mecanismos específicos de impostos, práticas alfandegárias uniformizadas e, se necessário, adopção de uma abordagem política rápida para encorajar a integração económica. Contudo, os mecanismos da união alfandegária utilizados pela SACU poderão estar desenhados para acomodar factores de integração que já existam na SADC.

Na construção e criação de instituições para a resolução de conflitos, a SADC está atrasada em relação às vitórias da ECOWAS. Mesmo assim, com um historial político forte ligado a uma agenda liderada pelo comércio, a SADC poderá avançar no sentido de uma comunidade económica viável. A ECOWAS, por outro lado, necessita de equilibrar a sua abordagem ultra abrangente com um processo de integração mais sustentável. (S)

Serge Ntamack

Calendário de Eleições na SADC para 2004

<i>Pais</i>	<i>Presidenciais</i>	<i>Legislativas</i>	<i>Governo Local</i>
Botsuana	2004	Outubro de 2004	Outubro de 2004
Lesoto	Monarquia: não tem eleições Presidenciais	Maio de 2007	2004
Malawi	Maio de 2004	Maio de 2004	Maio de 2004
Moçambique	Novembro/Dezembro de 2004	Novembro/Dezembro de 2004	Outubro de 2004
Namíbia	Novembro/Dezembro de 2004	Outubro/Novembro de 2004	Novembro de 2004
África do Sul	Abril de 2004	Abril de 2004	2005
Fonte: Instituto Eleitoral da África Austral (EISA)			

Editor: Richard Meissner

PO Box 31596, Braamfontein, 2017 South Africa

Tel: +27 (0)11 339 2021

Fax: +27 (0)11 339 2154

sadcbarometer@saiia.wits.ac.za

Quaisquer opiniões expressas são da responsabilidade dos respectivos autores e não de NORAD e USAID ou SAIIA. Os direitos de autor dos artigos mantêm-se como propriedade dos seus autores.

© South African Institute of International Affairs. Todos os direitos reservados.